



CCDR
ALENTEJO

Boletim Trimestral 18



Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



Campino - Ribatejo



Revelando uma dinâmica de investimento muito positiva na utilização dos Fundos Estruturais, o complexo de atividades do Turismo e do Lazer do Alentejo e do Ribatejo conheceu uma transformação acentuada, nomeadamente, fruto da estruturação de uma visão integrada e de um modelo de intervenção por parte da Entidade Regional de Turismo do Alentejo/Ribatejo que permitiu a reconfiguração e requalificação das estruturas de alojamento e de animação e acrescentou visibilidade e notoriedade ao destino. Para a manutenção da trajectória de crescimento da actividade no horizonte 2020, as orientações estratégicas incluem a vertente do património, indústrias culturais e criativas e serviços de turismo, visando a “certificação do destino, dos serviços e do território, com preocupações centrais ao nível da sustentabilidade, da identidade, da qualidade e da ética/responsabilidade social” e a afirmação da região como destino turístico de excelência.

Ficha Técnica

Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director:

Roberto Pereira Grilo

Director Executivo:

Figueira Antunes

Concepção Gráfica e Paginação:

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Colaboradores internos:

Amável Candeias
Luis Santos
Nelson Faustino
Teresa Godinho

Colaboradores externos:

José Belbute, António Caleiro, Gertrudes Guerreiro, Elsa Vaz e Ana Eduardo - *Universidade de Évora, Departamento de Economia e CEFAGE-UE*
António Ceia da Silva - *Presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo / Ribatejo*

Edição:

Setembro 2015

Capa: Cante alentejano

Agradecimento:

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

5

Nota de Abertura

6

Conjuntura Regional

10

Temas em destaque

CAPACITAR – Desenvolvimento Económico e Social Local

16

A Matriz Input-Output da região Alentejo

22

Perspetiva 2020

O Turismo do Alentejo e do Ribatejo e os Fundos Estruturais Europeus

30

Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Situação em 31-07 -2015

34

Programa Operacional Regional - ALENTEJO 2020

Operacionalização do Alentejo 2020



Nota de Abertura

A edição do número 18 do Boletim “Alentejo Hoje – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional” apresenta duas dimensões de análise da realidade da Região: uma mais centrada em informação de “situação” e outra de natureza mais prospectiva.

Num momento em que co-existem dois ciclos distintos de fundos comunitários de âmbito estritamente regional, INALENTEJO 2007/2013 e ALENTEJO2020, coloca-se à gestão destes Programas e às entidades promotoras de candidaturas, um duplo desafio: (i) concretizar a plena execução dos recursos financeiros disponíveis para o período 2007/2013; (ii) dinamizar e aprovar novos projectos de investimento no Programa Regional ALENTEJO 2020.

O INALENTEJO tem em 31 de Julho pp uma taxa de execução de 82%, sendo no entanto expectável a sua plena concretização financeira, para o que contribuirão ainda de forma significativa os projectos referentes ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e a investimentos no âmbito do sistema de incentivos às empresas, nomeadamente no sector do turismo. Espera-se por isso que a Região concretize investimentos de cerca de 1.270 M€, com a correspondente alocação de fundos comunitário de 854 M€.

No que respeita ao ALENTEJO 2020, destaque para os 166 projectos já aprovados até final de Agosto, no âmbito da inovação, da qualificação e da internacionalização das PME, com um volume de novos investimentos de cerca de 47 M€ e um incentivo de fundos comunitários de 19,2 M€.

Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, já contratualizados com as 5 Comunidades Intermunicipais do Alentejo, constituem-se como uma abordagem inovadora do desenvolvimento territorial, protagonizada nas respectivas sub-regiões pelas Comunidades Intermunicipais, representando para o Alentejo 160 M€ de fundos comunitários, a financiar fundamentalmente pelo ALENTEJO 2020, mas também pelos Programas de Desenvolvimento Rural, da Inclusão Social e do Emprego e da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.

A presente edição do Boletim conta ainda com a colaboração de entidades externas, nomeadamente a Universidade de Évora e da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo (ERT).

O artigo da responsabilidade da ERT vem evidenciar e perspectivar a importância acrescida do setor do turismo na economia regional, para o que muito tem contribuído a dinamização dos agentes económicos e os apoios financeiros do INALENTEJO à qualificação da oferta turística e à promoção interna e externa da Região.

As principais conclusões do estudo referente à MATRIZ INPUT-OUTPUT, realizado numa parceria entre a Universidade de Évora, a CCDR Alentejo e o Instituto Nacional de Estatística, permitem caracterizar a estrutura produtiva regional, a procura final e a formação de valor acrescentado, constituindo-se como um referencial para a evolução do desenvolvimento económico e social do Alentejo.

No âmbito da evolução da conjuntura sócio económica regional, regista-se a evolução favorável da taxa de emprego, bem como a continuada redução da taxa de desemprego, que se situa em Junho de 2015 em 12,6%. Também o turismo continua a melhorar o seu desempenho na economia regional, com um acréscimo, face ao período homólogo, de 14% do número de dormidas e 20,7% nos proveitos gerados. Numa altura em que o país já inverteu o ciclo económico dos últimos anos, a plena operacionalização e acesso dos agentes económicos, públicos e privados, aos novos fundos comunitários perspectivados para 2020, será certamente um factor decisivo na melhoria consolidada do emprego, da riqueza produzida e da qualidade de vida dos cidadãos ■

Roberto Pereira Grilo

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (em regime de substituição)



A Matriz Input-Output da região Alentejo: Alguns aspectos descritivos

1. Introdução

O objectivo deste artigo consiste em fazer a apresentação geral da matriz Input-Output para a região Alentejo (MIO-Alentejo), e simultaneamente fazer referência a alguns resultados mais gerais. Com ele iniciamos uma série de pequenas notas mais específicas sobre a MIO-Alentejo, com o propósito de caracterizar a estrutura da produção, da procura final e da formação do valor acrescentado. Para além disso, é também nosso propósito ilustrar o potencial que este instrumento tem no processo de planeamento regional, e em particular na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas regionais.

A inexistência para região Alentejo de um quadro de relações intersectoriais que espelhasse com rigor o quadro de interacções entre a produção, a procura final e a remuneração dos factores produtivos era uma lacuna antiga da região. Essa circunstância dificultava a possibilidade de conhecer, analisar e agir de forma global, desagregada e integrada sobre o complexo sistema económico regional. Foi essa lacuna e a consciência de que era necessário a região dispor de um instrumento de análise de equilíbrio geral baseado no quadro de relações intersectoriais que motivou a criação de uma parceria entre a Universidade de Évora, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-Alentejo) e o Instituto Nacional de Estatística (INE). Dessa parceria nasceu a matriz Input-Output para a região Alentejo.

A matriz Input-Output (MIO) é um instrumento fundamental quer para a caracterização da estrutura económica dos espaços económicos a que se refere (sejam eles nacionais, regionais ou locais), através das relações de interdependência sectorial e dos preços, quer para a análise das assimetrias regionais. Para além disso, a matriz serve ainda de suporte à modelização, constituindo-se um poderoso instrumento de apoio à definição de políticas de desenvolvimento (nacional, regional ou local), da sua implementação e avaliação de impactos (de política ou de outros).

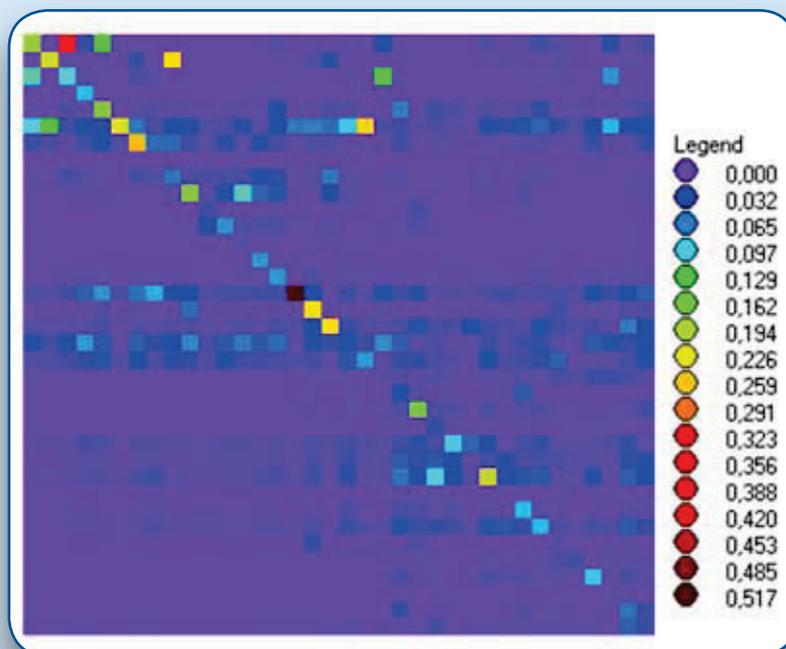
A MIO baseia-se no pressuposto da existência de interacções de equilíbrio estrutural entre três subsistemas (ou quadrantes): o sistema produtivo (ou tecnológico), os factores produtivos, ditos primários, e os utilizadores finais (da produção). Numa matriz input-output de natureza regional, o primeiro quadrante mostra as interacções sectoriais de produção da região. O segundo quadrante reflete as vendas/compras de cada produto destinadas a satisfazer cada componente da procura final. O terceiro quadrante revela o subsistema da utilização e conseqüente valorização dos factores primários. A informação estatística utilizada teve origem no INE e no Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (DPP). Esta informação deu origem aos três quadrantes da matriz. A matriz está valorada a preços de 2008, ano mais recente para o qual o INE dispõe de valores definitivos e coincidentes com o ano base da MIO. A MIO é simétrica no sentido que se assume que cada ramo produz um único produto, e está desagregada em 38 produtos. Estão disponíveis duas versões da matriz: a versão designada de “Produção regional”, em que as importações (do exterior e das outras regiões) estão isoladas e a versão “Fluxos totais”, em que as importações totais estão distribuídas por cada produto.

2. Estrutura produtiva

No que diz respeito à estrutura produtiva intermédia regional, isto é, no que concerne às vendas e as compras de empresas de bens e serviços intermédios, estas representam cerca de 40% da produção total da região. Em termos sectoriais, na medida em que, na maior parte dos casos, são (muito) pouco significativas as inter-relações entre os diversos sectores produtivos, a estrutura produtiva é frágil, desequilibrada e está concentrada em três grandes grupos de sectores que diferem consoante se tratam de vendas ou de compras intermédias.

A fragilidade e o desequilíbrio da estrutura produtiva regional podem ser avaliados a partir dos coeficientes técnicos de produção. Esses coeficientes permitem aferir não só a tecnologia incorporada na produção de cada produto, como ainda a intensidade de relações intersectoriais na região. A figura 1 apresenta a matriz de 38x38 dos coeficientes técnicos e representa, através de uma escala de cores, a intensidade das relações intersectoriais. Cada célula corresponde ao coeficiente técnico da utilização, pelo ramo j, dos factores intermédios com origem no ramo i. O mais surpreendente dessa figura consiste em que, com excepção da diagonal principal (relações intrasectoriais) e de algumas (poucas) células fora dela, predominam as cores frias (azuis), o que revela uma rede produtiva com relações relativamente fracas entre os diversos sectores produtivos da região e efeitos multiplicadores relativamente ténues, conforme veremos um pouco mais à frente.

Figura 1. Coeficientes técnicos na matriz de produção regional do Alentejo



Consequentemente, a estrutura sectorial de produção é bastante concentrada. Na verdade, 46% do total das vendas intermédias da região estão concentrados nos “sectores” da transformação de petróleo, agricultura, produção animal, caça, floresta e electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (tabela 1). Por outro lado, a tabela 2 mostra que cerca de um terço das compras intermédias está concentrada nos “sectores” da electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (12,8%), Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis (10,5%) e fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados (10,2 %).

Tabela 1. Estrutura das vendas de produtos intermédios

PRODUTOS/RAMOS	(10 ³ Euros)	Estrutura (%)
CD Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados	2,110,517	21.9%
A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,224,059	12.7%
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1,082,706	11.2%
F Construção	610,859	6.3%
CA Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	605,354	6.3%
G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	564,556	5.9%
CE Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais	495,265	5.1%
H Transporte e armazenagem	485,907	5.0%
B Indústrias extrativas	302,434	3.1%
MA Atividades jurídicas e de contabilidade; atividades das sedes sociais; atividades de consultoria para a gestão; atividades de arquitetura e de engenharia; atividades de ensaios e análises técnicas	300,782	3.1%

Tabela 2. Estrutura das compras de produtos intermédios

PRODUTOS/RAMOS	(10 ³ Euros)	Estrutura (%)
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1,235,479	12.8%
G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	1,012,184	10.5%
CD Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados	986,618	10.2%
L Atividades imobiliárias	835,040	8.7%
I Atividades de alojamento e restauração	755,586	7.8%
JB Telecomunicações	734,588	7.6%
CE Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas e artificiais	611,223	6.3%
MC Publicidade e estudos de mercado; outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; atividades veterinárias	437,128	4.5%
JA Atividades de edição, audiovisuais e radiodifusão	326,380	3.4%
CM Fabricação de mobiliário e de colchões; outras indústrias transformadoras; reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	307,702	3.2%

3. Procura final: o caso específico do consumo final das famílias

A procura final da região representa cerca de 60% do total dos empregos (produção intermédia e procura final). A componente mais importante da procura final é o Consumo Final das Famílias (68,5%) logo seguida da Formação Bruta de Capital (23.2%) e do Consumo Final das Administrações Públicas (23,6%). Tal significa um valor de absorção interna de 117,5% e justifica que as exportações líquidas (para outras regiões do país e para o estrangeiro) sejam negativas (vide tabela 3).

Tabela 3. Procura final da região Alentejo: valores a preços de mercado (103 Euros)

Componentes da Procura Final	País	Região Alentejo	Estrutura (%)
CONSUMO FINAL	154,151.164	10,627.441	94.34%
CFF	116,025.661	7,711.891	68.46%
CFONLAF	3,593.494	262.577	2.33%
CFAP	34,532.009	2,652.973	23.55%
FBC	39,817.312	2,610.098	23.17%
FBCF	38,634.723	2,532.577	22.48%
Δ Valores	141.936	9.304	0.08%
Δ Ex.	1,040.653	68.217	0.61%
Absorção Interna (AI)	193,968.476	13,237.538	117.51%
X	49,781.435	3,569.927	31.69%
M	71,766.849	5,542.651	49.20%
Despesa agregada (PIB)	171,983.062	11,264.815	100.00%

Cerca de 86% do consumo final das famílias da região está concentrado em dez “produtos” a que corresponde um valor de aproximadamente 4,47 mil milhões de Euros (veja-se tabela 4).

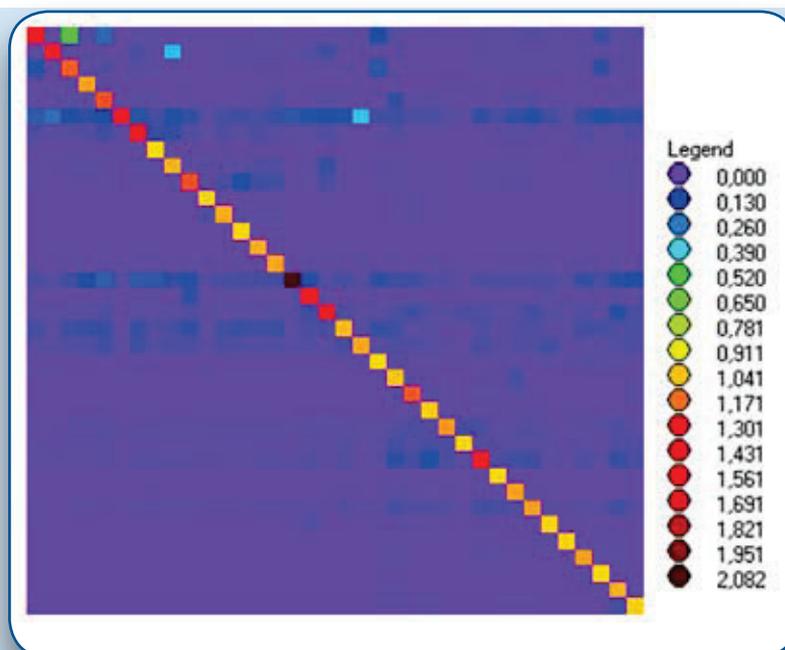
Tabela 4. A estrutura do consumo final das famílias da região Alentejo: valores a preços de mercado (103 Euros)

PRODUTOS/RAMOS	Valor	Estrutura (%)
G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis	933,031	0.180
CD Fabricação de coque e de produtos petrolíferos refinados	725,858	0.140
CA Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	699,257	0.135
I Atividades de alojamento e restauração	559,878	0.108
L Atividades imobiliárias	528,075	0.102
A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	369,720	0.071
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	214,161	0.041
K Atividades financeiras e de seguros	183,688	0.035
H Transporte e armazenagem	134,746	0.026
QA Atividades de saúde humana	123,980	0.024

4. Efeitos Multiplicadores

Uma das potencialidades da matriz reside na possibilidade de conhecer os efeitos sobre a produção de cada produto i causada pelo aumento de um euro na procura final (ou em qualquer uma das suas componentes) dirigida ao produto j . Esta informação é obtida a partir dos multiplicadores de produção, os quais se apresentam na figura seguinte.

Figura 2. Multiplicadores de produção na matriz de produção regional do Alentejo



Como seria de esperar, à semelhança do que verificámos relativamente aos coeficientes técnicos, também os multiplicadores de produção refletem a fraca intensidade de relações intersectoriais na região Alentejo.

Consideremos, a título exemplificativo, os efeitos multiplicadores totais, directos e indirectos em resultado de um aumento de 1€ na procura de cada produto identificado na tabela 5. Estes multiplicadores denominam-se de “arrasto” já que mostram a capacidade de um produto ter efeitos indirectos sobre todos os ramos com os quais está directa ou indirectamente relacionado, quando a procura a ele dirigida aumenta em 1 euro. Quando maior for o grau de relação intersectorial, maior será o efeito de arrasto.

Tabela 5 - Efeitos multiplicadores de arrasto

PRODUTOS	EFEITO de ARRASTO		
	TOTAL	PRODUTO	OUTROS PRODUTOS
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2.433	2.074	0.359
Produtos alimentares, bebidas e da indústria do tabaco	2.264	1.192	1.073
Produtos de madeira e de papel, e serviços de impressão	2.212	1.219	0.994
Distribuição água; esgotos, gestão de resíduos e serviços de descontaminação	2.044	1.314	0.731
Serviços de alojamento e restauração (restaurantes e similares)	1.728	1.004	0.724
...
EM MÉDIA ...	1.706 <i>(0.049)</i>	1.144 <i>(0.033)</i>	0.562 <i>(0.037)</i>

À semelhança do que verificámos relativamente aos coeficientes técnicos, também os multiplicadores de arrasto reflectem a fraca intensidade de relações intersectoriais na região Alentejo. Com efeito, os multiplicadores registam uma distribuição assimétrica e os efeitos mais elevados estão fortemente concentrados num reduzido número de produtos. Por exemplo, para uma expansão exógena da procura final dirigida a um produto em 1 euro, 80% dos multiplicadores individuais são inferiores a 1,044 € e apenas 5% deles geram um aumento da produção total superior a 1,226 €.

Se, por exemplo, **apenas a procura final** de “*Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*” aumentar em 1€, o efeito de arrasto total na economia da região será de 2,43€, sendo que 2,07€ correspondem ao aumento de produção intrasectorial e apenas 0,36€ correspondem a aumentos na produção de outros produtos. No entanto, se considerarmos os “*Produtos alimentares, bebidas e da indústria do tabaco*”, um aumento de 1€ na procura final, provoca um efeito de arrasto total de 2,26€, sendo que 1,19€ ocorre no próprio produto e 1,07€ nos restantes produtos, claramente acima do valor médio. O mesmo ocorre com os sectores dos produtos da madeira e da distribuição de águas.

A tabela 6 apresenta os efeitos totais (de expansão), diretos e nos outros produtos de um aumento de 1€ na procura ***de todos e cada um dos 38 produtos***.

Tabela 6 - Efeitos multiplicadores de expansão

PRODUTOS	EFEITO de EXPANSÃO		
	TOTAL	PRODUTO	OUTROS PRODUTOS
Coque e produtos petrolíferos refinados	5.100	1.290	3.810
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	4.608	2.074	2.534
Serviços de comércio por grosso e a retalho, e de reparação de veículos automóveis e motociclos	2.614	1.047	1.567
Produtos da agricultura, silvicultura e pesca	2.641	1.336	1.305
Construções e trabalhos de construção	2.408	1.325	1.083
Serviços jurídicos e contabilísticos; serviços de sedes sociais; serviços de consultoria e de gestão; arquitetura e serviços de engenharia; serviços de ensaios e de análises	2.425	1.274	1.151
...			
EM MÉDIA ...	1.706 (0.155)	1.144 (0.033)	0.562 (0.132)

O produto “*Coque e produtos petrolíferos refinados*” tem um efeito de expansão (total) na economia da região de 5,10€, sendo que 1,30 € correspondem ao aumento de produção intrasectorial e os restantes 3,81€ correspondem a aumentos noutras produções utilizadoras deste produto. No entanto, se considerarmos a “*Construção e trabalhos de construção*”, o efeito de expansão total é de 2,41€, dos quais 1,33€ no próprio sector e os outros 1,08€ nos outros sectores.

Os dois exemplos anteriores mostram dois casos extremos de efeitos multiplicadores em que os multiplicadores de expansão são naturalmente mais elevados que os multiplicadores de arrasto. No entanto, é possível avaliar os impactos de aumentos na procura final dirigida apenas a alguns sectores, o que é particularmente apropriado para a avaliação dos impactos do PAR e POR (Alentejo 2020). No que à avaliação dos impactos dos fundos comunitários diz respeito, a MIO-Alentejo poderá – e, pelas suas características, deverá – ser o instrumento que permitirá aferir o real efeito estruturante dos fundos comunitários na mudança desejada no tecido económico e social do Alentejo ■

Artigo da responsabilidade de José Belbute, António Caleiro, Gertrudes Guerreiro, Elsa Vaz e Ana Eduardo - Universidade de Évora, Departamento de Economia e CEFAGE-UE, 15 de Setembro de 2015